AFETIVIDADE NA PRÁTICA EDUCATIVA

MIRIAM NUBIA JARDIM PRATES

RESUMO

A afetividade vem sendo debatida e defendida há alguns anos por grandes teóricos educacionais, psicólogos, pedagogos, psicopedagogos e profissionais da educação em geral. As relações afetivas não podem ser ignoradas, pois estão presentes no desenvolvimento, fazem parte da natureza humana e podem interferir de forma positiva nos processos cognitivos. A escola e a família muitas vezes ignoram a importância da afetividade na educação infantil. E é na Educação Infantil que a criança adquire suas primeiras experiências de vida escolar e serão essas experiências que levarão as crianças a sentirem prazer ou desprazer pela escola. São muitas as contribuições da relação afetiva para o processo de aprendizagem, compreendendo assim como acontece o favorecimento das relações sócio – afetivas no processo de desenvolvimento da criança.

Palavras Chaves: Afetividade; Educação Infantil; Família.

ABSTRACT

The affection has been discussed and advocated for some years by major educational theorists, psychologists, educators, educational psychologists and education professionals in general. The relationships cannot be ignored, as are present in the development, are part of human nature and can positively affect cognitive processes. The school and the family often overlook the importance of affectivity in early childhood education. It is in kindergarten that the child acquires his first experiences of school life and those experiences that will lead children to feel pleasure or displeasure by the school. There are many contributions of affective relation to the process of learning, comprising as it does the encouragement of socio-emotional in the process of child development.

Keywords: Affectivity, Early Childhood Education, Family.

INTRODUÇÃO

A existência da afetividade em sala de aula tem influência positiva não só no campo cognitivo, ela também influi positivamente nas interações sociais, pois a dimensão afetiva de um ser humano é também aprendida nas relações que ele estabelece com as outras pessoas e que vão sendo construídas ao longo de sua história pessoal.

É válido ressaltar que os dados obtidos na pesquisa nos apontaram uma visão mais detalhada a respeito do conhecimento que os jovens têm sobre afetividade na sala de aula e o grau de importância deste aspecto na construção de seus aprendizados e nas relações interpessoais existentes em sala de aula.

As teorias que têm uma visão integrada do ser humano, ou seja, que não dissociam o aspecto afetivo do aspecto cognitivo vem influenciando de maneira positiva as relações existentes no ambiente escolar, tanto entre educador/educando quanto entre educando/educando.

Neste sentido, percebemos ser necessário que haja um investimento afetivo nas relações interpessoais existentes em sala de aula, deixando de lado a indiferença que muitas vezes permeiam essas relações, de modo que seja possível uma troca não só de conhecimento, mas de respeito, atenção e confiança.

1. O QUE É AFETIVIDADE?

A palavra afeto vem do latim affectur (afetar, tocar) e constitui o artifício fundamental da afetividade. Segundo caracterização do Dicionário Aulete (2011, p.55), o verbete afetividade: “qualidade, característica ou condição do que é ou se mostra afetivo [...] tem caráter afetivo, que se manifesta sob forma de emoções, sentimentos. ” Muitas vezes os termos emoção e afetividade são confundidos como se fossem sinônimos. Segundo Galvão (1995, p. 61) “a afetividade é um conceito mais abrangente no qual se inserem várias manifestações”.

As emoções, os sentimentos, e os desejos são manifestações da vida afetiva, sendo que as emoções vêm sempre acompanhadas de alterações orgânicas, “tendo incontestável valor plástico e demonstrativo” (Galvão, 1995, p. 72).

Afetividade significa um conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre da impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou tristeza.

Posto isso, percebemos que na literatura geral não há um consenso a respeito da conceituação de afetividade, tendo em vista a complexidade dessa conceituação.

No âmbito educacional, o estudo da afetividade vem ganhando cada vez mais relevância, tanto no que se refere à constituição do sujeito quanto na construção do conhecimento, uma vez que formam um amálgama indissociável entre pensamento e sentimento; além de que as relações entre ensino e aprendizagem necessitam ser movidas por relações de afetividade. O termo afetividade na psicologia refere-se à sensibilidade do ser humano

em determinadas situações que ocorrem no mundo exterior (origem interpsíquica) ou em si próprio (origem intrapsíquica).

A abordagem walloniana muito contribui para a educação, propondo uma vida escolar que vise a formação completa da pessoa integrada ao meio que está inserida, deste o pré-escolar até a universidade, considerando e estimulando a construção de valores morais e éticos, respeitando o desenvolvimento afetivo, cognitivo de socialização e maturação biológica de cada indivíduo. Wallon insiste na importância do professor nesse processo, pois ele é o mediador do processo escolar de aquisição da cultura pelo aluno, e, portanto, de cultivador de aptidões

2. A AFETIVIDADE PARA VYGOTSKY

De acordo com Vygotsky (OLIVEIRA; REGO 2003, p.52), são os desejos, necessidades, emoções, motivações, interesses, impulsos e inclinações do indivíduo que dão origem ao pensamento e este, por sua vez, exerce influência sobre o aspecto afetivo-volitivo.

Na sua abordagem sócio-histórico-cultural, cognição e afeto não se encontram dissociados no ser humano. Pelo contrário, se inter-relacionam e exercem influências recíprocas ao longo de toda a história do desenvolvimento do indivíduo. Nesta abordagem, salienta Oliveira e Rego (2003, p. 18), "[...] reconhecer a íntima relação entre pensamento e a dimensão afetiva é uma condição necessária, porém não é suficiente para os estudos psicológicos".

A vida emocional do sujeito postulado pela psicologia sócio-histórico- cultural deve ser analisada também por outros fatores, tais como: a cultura, a experiência, as interações com outras pessoas, os processos físicos e mentais, que são fatores imprescindíveis no estudo dos processos de desenvolvimento psicológico.

Esta abordagem dedicou especial atenção à educação, a escola nesta concepção é percebida como um local privilegiado com capacidade de proporcionar de forma sistematizada a interação da criança com o meio cultural e com o conhecimento por meio da interação com o outro em ambiente afetivo. Nesta perspectiva o professor tem o papel de provocar avanços nos alunos e isso se torna possível com sua interferência na zona de desenvolvimento proximal.

Apesar de a cultura escolar dominante priorizar o comum, muitas vezes de acordo com seus interesses, o mundo globalizado permite cada vez mais uma diversidade marcante e presente nas escolas. Aspectos relativos a questões de etnias, gêneros, crenças, costumes entre outros, estão presentes e exigem práticas educativas que visem reconhecer e valorizar essas questões na dinâmica da educação.

As desigualdades precisam ser discutidas na escola, trabalhando as diferenças culturais, pois este sim é o foco do trabalho com multiculturalismo. As identidades étnico-raciais, diferenças de educação familiar e culturas diversas muitas vezes não são respeitadas na escola. Cabe um planejamento específico para tratar desse assunto, pois só assim poderemos conhecer e respeitar as diferentes culturas.

A escola tem o papel de reconhecer e viabilizar a superação das diferenças e garantir um padrão comum, através do diálogo e saberes a serem conhecidos e construídos durante o processo educativo. Sabemos que existem diferenças entre a escola pública e a particular, na escola pública de ontem estudavam alunos de classe baixa e hoje este perfil se modificou, a mistura entre classes é evidente e podemos ver essa mudança na escola particular, pois com a política de bolsas de estudo, todos podem ter acesso. Devido a essas mudanças, a diversidade na escola aumentou, tanto em uma como na outra encontramos alunos de várias classes sociais, além disso, diferenças de costumes, educação, etnia, crenças, orientação sexual, etc.

Não existe um padrão, alunos pobres ou ricos, negros ou brancos, crentes ou espíritas, tudo isso só faz com que seja preciso conhecer as características um do outro para assim poderem viver em harmonia e respeito. Diante das transformações do mundo globalizado, a instituição escolar precisa buscar condições de atender os alunos de forma que estes sejam participativos e que possam construir sua identidade integrada às diversidades.

Na construção de práticas que valorizam as diversidades múltiplas existentes, a escola pode contribuir de forma educativa, reconhecendo sua importância em avaliar os sentidos e valores. A autora Vera Candau salienta:

A concepção de cultura aproxima-se de uma perspectiva estática e essencialista, em que a cultura é vista como um conjunto mais ou menos definido de características estáveis atribuídas a diferentes grupos e ás pessoas que se considera a eles pertencerem. Esta é uma realidade muito presente no imaginário dos educadores e da sociedade em geral, que tendem a classificar pessoas segundo atributos considerados específicos de determinados grupos sociais. Questionar essa perspectiva é um grande desafio. (Candau, 2008, pp135-136)

A autora cita a abordagem da educação intercultural, que concebe o conteúdo de cultura a partir de suas particularidades históricas "como processo em contínua construção, desconstrução e reconstrução, no jogo das relações sociais presentes nas sociedades, neste sentido, a cultura não é, está sendo a cada momento" (Candau, 2002 p135)

Os problemas mais graves presentes nas escolas são o bullying e homofobia, causados por falta de informação e principalmente porque a escola não abre espaço para que sejam discutidos, pois a provocação faz parte da socialização, porem precisa haver bom senso e repúdio aos preconceitos e discriminações.

A escola precisa desenvolver propostas de trabalho pedagógico, objetivando o fim de qualquer prática de preconceito, de violência ou discriminação. O preconceito julga antecipadamente um fato, uma pessoa, uma conduta, portanto, somente a informação poderá prevenir e extinguir este mal. Todos devem ter consciência de que se aprende mais com as diferenças do que com a igualdade.

Os professores precisam buscar alternativas para incluir assuntos relacionados aos tipos de preconceito e a diversidade social quem que vivemos, tendo um bom discurso no âmbito de que esses preconceitos sejam extintos da escola e do mundo.

As diferenças culturais presentes na escola podem favorecer o aprendizado, desde que haja troca de informações, o diálogo entre os grupos, pois estão representados por diferentes participantes dessas culturas e que podem ser de outras nacionalidades, etnia, Classe social, entre outras características que os diferem no grupo ao qual estão inseridos. Todos precisam ser valorizados nos seus aspectos sociais e cognitivos.

3. A EDUCAÇÃO MULTICULTURAL NO AMBIENTE ESCOLAR

O desafio da educação escolar é trabalhar com diferentes tipos de culturas, construir um ambiente democrático e livre de preconceitos. Buscando conhecer saberes locais específicos, compreendendo as relações existentes no meio social. Devido às novas tecnologias, hoje em segundos podemos obter informações sobre qualquer parte do mundo. Basta que haja interesse de nossos governantes e investimentos dessas novas tecnologias nas escolas, aumentando assim a qualidade e o nível da educação em nosso país.

O multiculturalismo aos poucos vem sendo abordado e tem como ponto de partida para ser discutido leis e documentos federais, facilitando a inclusão desse tema tão importante para sociedade. Respeitar o próximo nunca foi tão prioritário quanto nos dias de hoje, onde vemos guerras, conflitos e muita desigualdade social. O multiculturalismo precisa ser trabalhado de forma a transformar a realidade social.

Na escola, o ambiente deve ser favorável para o entendimento dessas questões, elas precisam ser colocadas em pauta através de conteúdos, pois é grande a importância de assuntos como racismo, bullying, homofobia entre outros que causam grandes prejuízos e problemas relacionados ao multiculturalismo.

Para Silva (2007) a ocorrência de situações conflitantes geradas pela sociedade se dá pela luta ao reconhecimento dos grupos e a superação de uma hegemonia dominante. Dessa maneira,

> O multiculturalismo, tal como a cultura contemporânea, é fundamentalmente ambíguo. Por um lado, o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países para reconhecidas e representados na cultura nacional. O multiculturalismo pode ser visto, entretanto, também como uma solução para os "problemas" que a presença de grupo racial e étnico coloca no interior daqueles países para a cultura dominante. De uma forma ou de outra, o multiculturalismo não pode ser separado das relações de que, antes de tudo, obrigam essas diferentes culturas raciais, étnicas e nacionais a viverem no mesmo espaço. (SILVA, 2007, p. 85)

No documento do Ministério da Educação, Parâmetros Curriculares – Temas Transversais trata sobre a importância de a escola participar do dia a dia da comunidade e vice-versa e manter todos envolvidos no processo de educação.

Os professores devem atuar como mediadores, através do ensino, debatendo os temas relacionados à cultura e fazer com que os alunos reflitam sobre a importância da diversidade presente na escola. Os alunos precisam ter conhecimento sobre si e sobre os outros que se relacionam no meio social e aprender a lidar com a intolerância e preconceitos, muitas vezes gerados pela falta de informação. Cabe a eles, adotar posturas de respeito e aversão a qualquer tipo de discriminação por via do conhecimento.

A escola tem o papel fundamental de conciliar as ações e acompanhar o processo educativo, avaliando se existe a comunicação necessária. Visando promover a igualdade e o respeito, convivência em harmonia.

A organização do sistema de educação deve contar com a participação de todos envolvidos, a família, os alunos, os professores. A sociedade deve reconhecer que pode mudar algumas atitudes quando necessário e tornar-se mais justa e tolerante na questão da diversidade cultural. Cada sala de aula possui alunos diferentes, com suas particularidades, alguns de outra nacionalidade, de outra etnia, de outra crença, de outro costume familiar, enfim, todos são diferentes e precisam ser respeitados.

E relação às carências pode apontar as de origem sócio econômicas, os familiares, as dificuldades de aprendizagem e as de comportamento. Necessitando que a escola conheça tais carências e trabalhar de forma a associar a prática pedagógica que inclua procedimentos a fim de discutir tais carências dentro do

ambiente escolar.

As ações propostas pelas Diretrizes curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), visam contribuir para a preparação dos professores, tornando a escola um espaço de convivência e respeito ás diferentes culturas presentes em nossa sociedade:

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e a valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, ás desigualdades sócio econômico e á crítica ás relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. (PCN, Temas Transversais, p. 7).

Os docentes precisam inserir em sua prática pedagógica o tema pluralidade culturais, combatendo preconceitos e discriminações, buscando debater sobre as diferenças existentes no meio social em que vivemos, construindo diálogos abertos sobre os problemas gerados pela intolerância e pela falta de informação.

A globalização possibilita o contato de diferentes culturas, estilos de consumo, inovações tecnológicas e estéticas, mídia eletrônica entre outros. Para lidar com essa realidade a escola tem que assegurar aos alunos sua efetiva participação, seu direito de se expressar, dessa maneira a escola estará tratando da multiculturalidade.

Para Moreira e Candau (2003 p 161);

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-la e neutralizá-la. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade e as diferenças e para o cruzamento de culturas, constitui o grande desafio que está chamado a enfrentar.

Os grupos presentes na escola não podem ser rotulados por suas expressividades estéticas ou sociabilidades restritas precisam ser respeitados e incluídos nas práticas educativas do cotidiano escolar. Alunos diferentes da cidade ou do campo, do centro ou da periferia, pobres ou ricos, brancos, negros, asiáticos, europeus, enfim todos os tipos de alunos são sujeitos culturais e tem o direito de aprender, de conviver em harmonia e serem respeitados.

Trabalhar o multiculturalismo na escola é compreender que se pode mudar o ensino de forma positiva a partir do conhecimento sobre a diversidade cultural eimportância de se conhecer sobre as culturas, reconhecendo às diferenças, promovendo a tolerância, o respeito, à solidariedade.

A LDB (Leis de diretrizes e Bases da Educação) de 1996, em seu artigo 1°: "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.".

A educação é o processo de formação da personalidade de uma pessoa, influenciado por atitudes, comportamentos, ideias, opiniões, sentimentos, enfim, um processo de construção contínuo que se bem aplicado pode gerar transformações benéficas para o meio social. A escola precisa rever conceitos e discutir a importância de se preparar os alunos através de um ensino pensando em diversidade e tolerância.

A tolerância é uma qualidade característica das pessoas que tem a tendência, inata ou aprendida, de reconhecer, como legítimo, outros modos de sentir, de pensar e de agir que diferem dos seus, podendo ser desenvolvida por qualquer pessoa.

A escola deve ser uma espécie de mediadora entre igualdade e diferença, facilitando a interação dos envolvidos no processo educativo, criando vínculos e orientando-os para que não haja intolerância e conflitos, que todos se aceitem independente da cultura a qual faz parte. O tratamento da diversidade cultural na escola deve ser um processo natural, em contínua transformação e evolução.

O estudo histórico desempenha um papel importante do ensino na escola, possibilitando aos alunos a compreensão sobre o mundo, sociedade em que vive e as relações estabelecidas dentro dela. O ensino de história local deve ser o ponto de partida para a aprendizagem histórica, trabalhando a realidade mais próxima das relações sociais em que os alunos vivem e atuam.

Com a abordagem da história local os alunos passam gradativamente a observar e perceber o significado de outras matérias, a compreender que as realidades históricas são parte de um longo processo em que populações locais constroem suas identidades culturais e sociais e que estas identidades são diversas, mas todas merecem respeito.

"Os objetivos concretizam as intenções educativas em termos de capacidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo da escolaridade". (PCN, 1977)

O ensino de História deve desempenhar um papel importante na configuração da identidade ao incorporar a reflexão sobre o indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, sua afetividade, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturais saberes e gerações passadas.

De acordo com os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) para o ensino de His-

tória, este é portador da possibilidade de levar o aluno a estabelecer relações e produzir reflexões sobre cultura, espacialidade e temporalidade variadas através da construção de noções que contemplem os seus valores e os de seu grupo, desenvolvendo para isto relações cognitivas que o levem a intervir na sociedade.

Considerando o eixo temático "História e Cotidiano", a proposta do PCN é a de que no primeiro ciclo, os alunos iniciem seus estudos históricos no presente, mediante a identificação das diferenças e das semelhanças existentes entre eles e suas famílias. Com os dados presentes, a proposta é que se desenvolvam estudos do passado, identificando mudanças e permanências nas organizações familiares.

O cotidiano pode ser utilizado como objeto de estudo pelas possibilidades que oferece de se visualizar as transformações realizadas pelo home, ultrapassando as relações e contribuí para que os alunos se percebam como sujeitos da história.

O ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes, o que se relaciona á constituição de nossa identidade. Ele precisa estabelecer relações entre identidades individuais, sociais e coletivas. De forma a desempenhar o papel da cidadania, envolvendo reflexão sobre a atuação do indivíduo em suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo.

A Lei n° 10639/03, de 9 de janeiro de 2003 alterou a Lei n°9394 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências.

A Lei diz ainda que:

Art°26-A – Nos estabelecimentos de ensino fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro- Brasileira.

§1° O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2° Os conteúdos referentes a História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

§ 3° (VETADO)

Art° 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Assim a Lei n°10639 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica de todo o país, onde escolas terão que se adequar para o cumprimento destas políticas.

O trabalho da escola é fazer valer a Lei, capacitando professores e aplicando os estudos a conteúdos que tratem de assuntos relacionados à cultura afro-brasileira e africana.

O objetivo da Lei não é o de acabar com o preconceito racial, e sim oferecer as escolas uma educação onde todos possam conhecer e valorizar o negro como sujeito importante, conhecendo sua história e sua cultura.

Quando se trata de cultura e educação, podemos dizer que estes são fenômenos intrinsecamente ligados, a cultura e a educação, juntas tornam-se elementos socializadores, capazes de modificar a forma de pensar dos educandos e dos educadores, quando adotamos a cultura como uma aliada no processo de ensino- aprendizagem, estão permitindo que cada indivíduo que frequenta o ambiente escolar se sinta protegido do processo educacional.

Para Vera Candau, a escola além de ser uma instituição educacional, também é uma instituição cultural, onde dentro dela estão inseridos diversos grupos sociais que não devem ser ignorados pelos educadores e sim valorizados.

O ensino de História requer uma perspectiva que valorize e leve em conta à riqueza decorrente da existência de diferentes culturas no espaço escolar. Devendo ser compreensível e abordado com ênfase na realidade local dos alunos, estimulando o interesse e a curiosidade. Os professores podem simplificar suas explicações assim facilitando a compreensão dos alunos, realizando dinâmicas, projetos de estudos, visitas a museus, exposições, tudo com objetivo de inserir os alunos na História, fazendo-os perceber a sua participação e importância na sociedade.

A escola é responsável pelo desenvolvimento social e cultural de seus alunos, uma contínua construção de interação e diferentes formas de ensino, ao qual são transmitidos os conhecimentos necessários para que os alunos se sintam parte deste processo de desenvolvimento.

O aluno precisa aprender a aprender, dominando conhecimentos de diferentes naturezas e culturas, tendo flexibilidade e a capacidade de se lançar com autonomia nos desafios da construção do conhecimento, buscando informações, desenvolvendo capacidades de estabelecer relações entre o lhe é ensinado e o que aprende.

O professor precisa criar um ambiente sócio afetivo, favorecendo o diálogo, as mani-

festações espontâneas sobre o que os alunos pensam; favorecer situações de aprendizagem significativas; possibilitar a troca dessas informações; pesquisar e refletir sobre sua prática.

A instituição escolar assume um papel socioeducativo importante que precisa buscar uma qualidade permanente onde o foco deve ser o aluno, sua formação integral como pessoa humana, desenvolvendo seu senso crítico, sem perder os valores legítimos do amor, dos sentimentos, das emoções.

Educar não é ensinar. Educar é formar um ser humano capaz de conviver e compreender as diversidades presentes no ambiente educacional. Quando alguém ensina, transmite conhecimento pré-adquirido, mas, quando educa, possibilita a construção do conhecimento.

O grande desafio da atualidade educacional está no processo de visualização das múltiplas possibilidades de cada indivíduo. Educação é um processo de acolhida das diversidades em torno de uma sociedade plural, que é onde vivemos e onde estamos inseridos.

Vivemos uma diversidade cultural, em um mundo que apresenta inúmeras possibilidades, que exige a formação de indivíduos que tenham uma postura aberta á essa diversidade. Aceitar no outro o diferente, esse é o desafio.

É função de o educador ouvir seus alunos, suas experiências, o que já sabem. Refletindo a partir dessas informações será capaz de reformular sua prática, orientando e redimensionando o olhar para auxiliar o aluno a enxergar além.

O diálogo é fundamental nas relações humanas e, portanto, nas relações entre educador e educando devem estar como base o diálogo. Questionando, discutindo, o educador poderá criar condições de avanços, reflexões e possibilitar a aprendizagem.

A relação dialógica é aquela em que os movimentos de inter-relações estão presentes, sendo que estas são os pilares do processo educacional. O diálogo é uma forma de aproximar as diferenças ou ainda de aprimorar as diferenças ou ainda de aprimorar as semelhanças.

A falta de diálogo leva a uma desorientação de valores, pois sem diálogo as decisões são autoritárias e sem parâmetros justos. Não havendo espaço para o debate e o diferente, favorecendo o desrespeito a liberdade de expressão e preconceitos de todos os tipos. Como modelo em que não há diálogos, temos a violência e a intolerância, que são resultados da falta de vínculos. O diálogo é antes de qualquer coisa a interação entre dois indivíduos. É a troca de ideias, ponderar, discutir, sendo fundamentais os momentos de reflexão e tomada de consciência. A sala de aula precisa ser um ambiente de diálogo, pois nele se constrói conhecimento e valorização das potencialidades, percebendo e respeitando a existência uns dos outros.

O professor necessita saber a dimensão real de sua importância neste diálogo, como mediador de conflitos e comprometido com a verdade, a ética e o bom senso.

Conforme Luckesi (1995) P.118

O educando é um sujeito que necessita da mediação do educador para reformular sua cultura, para tomar em suas próprias mãos a cultura espontânea que possui, para reorganizá-la com a apropriação da cultura elaborada. Assim, o educando é um sujeito possuidor de capacidade de avanço e crescimento da cultura elaborada, que possibilita a ruptura com seu estado espontâneo.

O professor pode privilegiar a transmissão de conteúdos culturais significativos e garantir que esses conteúdos sejam devidamente assimilados por todos os alunos. Pois a cultura é tudo aquilo que é produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças.

Em todo universo cultural há regras que possibilitam aos indivíduos viver em sociedade, nessa perspectiva, cultura envolve todo cotidiano dos indivíduos. Assim, seres humanos só vivem em sociedade devido a cultura. E é por meio da herança cultural que os indivíduos podem se comunicar uns com os outros, não apenas por meio da linguagem, mas também por formas de comportamento. Isso significa que as pessoas compreendem quais os sentimentos e as intenções das outras porque já conhecem as regras culturais de comportamento em sua sociedade.

Por exemplo, gestos como rir, falar mal, cumprimentar, assim como os modos de se vestir, ou comer, entre outros que indicam para outras pessoas no grupo a posição social de um indivíduo quanto seus sentimentos, mas apenas porque quem interpreta seus gostos e sua fala possui os mesmos códigos culturais. È por isso que, ao depararmos com uma pessoa de cultura diferente, pode acontecer conflitos, confusões, intolerância ou preconceito.

O desenvolvimento provém do choque cultural, do contato entre duas culturas distintas. Isto pode acontecer entre indivíduos ou entre sociedades inteiras, nesse caso provocando transformações em ambas as sociedades. É o caso do confronto das culturas indígenas e europeias, depois da América, ou então a cultura islâmica e a ocidental de hoje.

Além dessas características, é preciso ressaltar que todas as culturas têm uma estrutura própria, todas mudam, todas são dinâmicas. Assim não é possível falarmos de povos

sem história, porque tal fenômeno significaria a existência de uma cultura que não passasse por transformação. As culturas estão sempre em interação, pois nenhuma é isolada, sempre haverá trocas e influências nas sociedades, onde todas se relacionam entre si.

A escola deve trabalhar uma rica gama de informações sobre todas as culturas possíveis e existentes, o conceito deve ser trabalhado como, por exemplo, as produções artísticas e intelectuais, discutindo a diversidade existente e presente, estimulando o respeito e o sentimento de solidariedade.

4. A PEDAGOGIA DA AFETIVIDADE

Compreendendo a educação como a grande possibilidade de se construir uma identidade sólida e firme, baseada na liberdade, diálogo e conscientização, Paulo Freire, partindo de um simples método de alfabetização de adultos, apresenta um ideal filosófico a ser seguido, refletido, questionado e buscado: o diálogo é capaz de criar vínculos de libertação e possibilitar o acesso a uma consciência clara e objetiva no tocante à realidade.

Portanto, percebe-se que o diálogo é a chave da pedagogia da mudança, discutir sobre a diversidade presente no ambiente escolar e na sociedade. É por meio do diálogo, também, que se elabora o conteúdo da educação, pois este não é trazido pronto, mas concebido e realizado no grupo, nasce das situações históricas dessa comunidade educativa e educadora, simultaneamente.

Para o educador educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou implica um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas a devolução organizada sistematizada e acrescentada ao povo, daqueles elementos que lhe entregou de forma inestruturada. (Freire, 1975, p.98)

Para o autor, o importante não é transmitir conteúdo específicos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida. “A transmissão de conteúdos estruturados fora do contexto social do educando é considerada invasão cultural” ou desafio de informações porque não emerge do saber popular.

Muitos outros autores têm-se mobilizado e no sentido de atender á necessidade da inclusão da diversidade na educação e na formação de professores, mas é necessário que a escola busque alternativas para que práticas pedagógicas sejam efetivas no que diz respeito á essas questões.

É necessário e indispensável que para atingir o pleno exercício da Educação igual para todos, que não sejam excluídos nenhum cidadão pela sua etnia, raça, questão social, gênero, orientação sexual, deficiência física ou religiosidade.

O Projeto político-pedagógico de cada instituição deverá contemplar a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação étnico- racial, a educação indígena e a educação dos remanescentes de quilombos. (BRASIL,2005, P.221)

O professor ao trabalhar com a questão da diversidade é importante compreender também as causas políticas econômicas e sociais de fenômenos como desigualdade, discriminação, etnocentrismo, racismo, sexismo, homofobia e. xenofobia. Na verdade, muitas vezes, o sentido que atribuímos ás diferenças passa pela cultura e pelas relações pessoais.

A inserção da diversidade nos currículos nas práticas pedagógicas, nas políticas educacionais e na formação docente, deve ser colocada em prática. Assim o ambiente escolar poderá se tornar favorável aos alunos de todos os grupos sociais, étnicos e culturais. A escola é defendida como uma entidade socializadora que deve incorporar as diversas culturas, afim de que crie um ambiente sociável onde todos possam manifestar seus ideais sem medo e sem serem discriminados.

O professor e a escola possuem o papel fundamental de levarem os alunos a desenvolverem sua capacidade crítica para analisarem as informações que recebem e assim, desenvolverem o senso crítico.

O aluno constrói seu conhecimento coletivamente e voltado por questões que contemple as diferenças, ou seja, a diversidade humana que compõe a escola, sendo necessário para isso, incluir questões a serem discutidas e/ou refletidas tais como a etnia, raça, gênero, classe, sexo, entre outras, valorizando todo o conhecimento que os diferentes grupos trazem para sala de aula, enriquecendo muito mais o ensino e a aprendizagem.

Quando falamos sobre diversidade em educação nos remetemos a ideia de dar oportunidades a todos os alunos de acesso e permanência na escola, com a mesma igualdade de condições, respeitando as diferenças.

A escola é o espaço primordial para se oportunizar a integração e melhor convivência entre os alunos, os professores e possibilita o acesso aos bens culturais. Portanto é preciso que a escola busque trabalhar de forma democrática, oferecendo oportunidades de uma vida melhor para todos independentes de condições sociais, econômicas, etc. Todos os alunos têm o direito de estarem na escola aprendendo e participando, sem serem discriminados ou terem que enfrentar algum tipo de preconceito por motivo algum.

No caso da educação inclusiva, é reconhecida como uma ação política, cultural, social e pedagógica a favor do direito de todos a uma educação de qualidade e de um sistema educacional organizado e inclusivo. Á escola cabe a responsabilidade em atender as diferenças, considerando que para que haja qua-

lidade na educação é necessário assegurar uma educação que se preocupe em atender a diversidade.

O respeito á diversidade é um dos valores de cidadania mais importantes, sendo fundamental valorizar cada pessoa, independente de qual religião pertença, tendo consciência de cada uma teve a sua contribuição ao longo da história. Assim, as diferentes expressões religiosas devem ser consideradas na escola.

O ensino religioso, de matrícula facultativa é a parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental, assegurando o respeito a diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (BRASIL,1999, P.79)

No que se trata sobre a questão de gênero na sociedade não podemos relacionar somente ao sexo feminino ou masculino, pois atualmente abrange também outras formas culturais de construção de sexualidade humana, vistos muitas vezes com desprezo ou atitudes discriminatórias na sociedade e mesmo, na escola, como os homossexuais, um grupo que, assim como as mulheres, sofreram e continuam sofrendo discriminações ao longo dos séculos e tem sofrido com os estigmas, estereótipos e preconceitos.

A escola precisa levar a reflexão sobre as diferenças e preconceitos de gêneros, buscando sensibilizar a todos os envolvidos na educação para as situações que produzem preconceitos e resultam em desigualdades muito presentes no cotidiano escolar, onde muitas vezes preponderam falas ou situações diversas de distinção de sexo entre os alunos. É preciso ter consciência que o enaltecimento da diferença de gênero traz aspectos negativos, desconsiderando muitas vezes, o direito, a habilidade e a capacidade de cada pessoa.

A escola é responsável por trabalhar no sentido de promover a valorização dos afrodescendentes, marcados por um histórico de escravidão, discriminação, racismo e preconceito.

Os afrodescendentes devem ser reconhecidos em nossa sociedade com as mesmas igualdades de oportunidades que são concedidas as outras etnias e grupos Sociais, buscando eliminar todas as formas de desigualdades raciais e resgatar a contribuição dos negros na formação da sociedade brasileira, assim, valorizar a história e a cultura dos afro-brasileiros e africanos.

Segundo as DCN para a Educação das Relações Étnicos-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2003, p.5).

"Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais, econômicos, bem como a valorização das diversidades daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira, mito este que difunde crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os nãos negros, é por falta de competência ou interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para o negro. "

A educação é o fator de maior eficácia para contribuir para a promoção dos excluídos. Por isso, muitas ações têm sido desencadeadas no sentido de reconhecimento e valorização do negro, garantindo a eles as mesmas condições. A educação tem a responsabilidade de valorizar a cultura negra, sua história, sua identidade e assim combater o racismo e todos os tipos de intolerância e discriminação.

Outra diversidade diz respeito a condições sócio econômicas de sociedade, como os de origem desfavorável, com dificuldades financeiras que acabam por afetar acesso à escola ou indisciplina dentro dela, situações de violência familiar, problemas com alcoolismo e drogas, situações de abandono e fome, entre outros. Essas condições sócias econômicas podem interferir e no desempenho escolar dos alunos.

O desafio da escola é possibilitar a essa grande maioria, o acesso a escola, garantindo-lhes permanência sucesso no processo ensino-aprendizagem e acesso ao conhecimento historicamente elaborado, permitindo-lhes o acesso a cidadania, capazes de transformar a sociedade.

A escola deve oportunizar situações de igualdade no ensino ajudando-os a superar as dificuldades e carências do contexto onde vivem.

Outra diversidade é em relação á educação indígena. Os indígenas também precisam ter acesso a processos educacionais que valorizem sua língua e seus saberes tradicionais.

A Constituição de 1988 reconheceu o direito dos índios de permanecerem índios e de terem suas tradições e modos de vida respeitados. Em seu artigo 210 fica assegurado aos povos indígenas o direito de utilizarem suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem buscando transformar a instituição escolar em um instrumento de valorização e sistematização de saberes e práticas tradicionais, ao mesmo tempo em que possibilita aos índios o acesso aos conhecimentos universais e a valorização dos conhecimentos étnicos.

É preciso incluir os índios no sistema educacional, respeitando suas peculiarida-

des, capacitando professores indígenas que conhecem a realidade, a história e a cultura do seu grupo, ao longo de todo o processo histórico brasileiro. O trabalho pedagógico precisa voltar-se á diferença, promovendo conhecimentos de todas as culturas possíveis e discutindo questões sobre raça, gênero, entre outras tantas que estão presentes na sociedade e no ambiente escolar.

A pedagogia da mudança está em fase de desenvolvimento, através da Lei ela é amparada, cabe agora ás escolas providenciar para que seja cumprida essa pedagogia, promovendo a igualdade e tolerância. É fundamental saber reconhecer as diferenças entre os grupos sociais e as diferenças individuais, valorizando as potencialidades de cada um.

Concebemos que as dimensões afetivas não podem ser ignoradas e que estas devem ser consideradas pelos professores no planejamento educacional, já que a qualidade das decisões assumidas por eles tem repercussão marcadamente afetiva e consiste no diferencial que pode transformar a experiência de aprender em uma interação de sucesso ou de fracasso.

Esta ideia nos leva a refletir quão importante é a construção ou reconstrução de novos caminhos com muito compromisso e responsabilidade e para isso é necessário ao educador este olhar humano (afetivo) com atitude, competência e ética para conseguir dar continuidade ao exercício de cidadania na formação do educando, sendo o educador um provocador e motivador da realização de sonhos.

Os educadores precisam entender que o ato de ensinar requer afeto, quando existe prazer em aprender, certamente aprende-se melhor. Ressaltamos que quanto melhores forem as condições de relacionamento em sala de aula melhores serão os resultados de aprendizagem e que a comunicação e o respeito mútuo têm uma importância singular no contexto da sala de aula, pois contribui para criar uma atmosfera favorável entre educador/educando além de servir também de troca de entendimentos e de proporcionar um aprendizado mais significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola deve favorecer o processo de comunicação, através de conversas, debates, discussões sobre o conceito de cultura dentro de suas práticas pedagógicas. Promovendo interação e diálogo entre o grupo escolar, favorecendo o reconhecimento as diferenças presentes e prevenindo a intolerância e preconceito que podem surgir pela falta de conhecimentos.

A lei precisa ser cumprida em sua totalidade para que o direito a igualdade de condições seja cumprido pela escola e pela sociedade, de forma que todos tenham acesso ao mais variado acervo e oportunidade de aprender sobre sua cultura e do outro. O tema cultura deve ser trabalhado na escola em seus múltiplos aspectos, como: complexo de conhecimentos; habilidades humanas; ideias e crenças; comportamentos, entre outros.

O autor Paulo Freire cita em seu livro,

Pareceu-nos, então que o caminho seria levarmos o analfabeto, através de reduções, ao conceito antropológico de cultura. O papel ativo do homem em sua e com sua realidade. O sentido da mediação que tem a natureza para as relações e comunicações dos homens. A cultura como acrescentamento que o homem faz ao mundo que ele não fez. A cultura como resultado de seu trabalho. De seu esforço criador e recriador. O homem, afinal, no mundo e com o mundo, como sujeito e não como objeto. [...] descobrir-se-ia criticamente agora, como fazedor desse mundo da cultura. Descobriria que ele, como o letrado, ambos têm um ímpeto de criação e recriação. Descobririam que tanto é cultura um boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como também é a obra de um grande escultor, de um grande pintor ou músico. Que cultura é a poesia dos poetas letrados do seu país, como também a poesia do seu cancioneiro popular. Que cultura são as formas de comportar-se. Que cultura é toda criação humana (FREIRE, 1963, p. 17).

Em todo o universo cultural há regras que possibilitam os indivíduos viver em sociedade; nessa perspectiva, a cultura envolve todo o cotidiano e necessita ser estudada, discutida, compreendida e avaliada na escola, de forma que todos tenham acesso aos conhecimentos sobre cultura.

Portanto, conhecer e respeitar as diferenças culturais presentes no ambiente escolar parte do papel da escola de fornecer o ensino necessário para que se atinja este objetivo, cumpra-se através dos professores e garantam-se por parte dos alunos que serão os responsáveis pelas mudanças em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural: orientação sexual/Ministério da Educação. Secretaria da educação Fundamental – 3 Ed – Brasília: A Secretaria, 2001.

DCNS para a educação das relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e africana, 2004.

CANDAU, Vera (org.). Diferenças culturais e Educação: construindo caminhos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011, 212p.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo. Revista de Cultura da Universidade do Recife. Nº 4; Abril-Junho, 1963

MOREIRA, A. F. B. e Silva, T. T. Da. (orgs.). (2005). Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez.

MOREIRA, A.F.B. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): Avanços, desafios e tensões. Revista Brasileira de Educação, Campinas: Autores Associados/Anped, 2001, nº 18, p. 65-81.

SANTOS, K. C. dos. (2002). Construção Multicultural: Reflexões sobre políticas alternativas para o ensino de língua estrangeira. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo.

SILVA, T. T. Da. (2007). Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.